

POLÍTICAS PARA A COMUNIDADE LGBT NO PROGRAMA DE GOVERNO DE LUCIANA GENRO (PSOL)

Gabrielle dos Santos Marques

Doutoranda do Curso de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, marques.gaabrielle@gmail.com;

Resumo

Luciana Genro concorreu à presidência do Brasil em 2014, sendo a primeira candidata presidencial da história do Brasil a colocar o tema da homofobia e da transfobia em debate. Em seu pouco tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) a candidata transmitiu imagens da bandeira do orgulho LGBT, bem como, beijos de casais homoafetivos. Dessa forma, a pesquisa tem o objetivo de investigar quais políticas eram defendidas pela candidata, para esse grupo, em seu plano de governo. Para isso, a metodologia de análise de conteúdo se mostrou adequada. Buscou-se por palavras-chave como LGBTs, homofobia e transfobia, mencionadas 36, 16 e 9 vezes respectivamente. Além disso, o plano de governo da candidata contou com capítulos específicos para discutir a condição da comunidade LGBT no Brasil, logo, a pesquisa também busca compreender em quais áreas se alocam as políticas propostas, como educação, saúde, acesso ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: Luciana Genro, políticas LGBT, plano de governo, PSOL.

Introdução

As eleições de 2014 ocupam um lugar de extrema relevância para a historiografia brasileira. Seguida das jornadas de junho de 2013, seus desdobramentos desencadearam importantes fenômenos políticos, além de ser marcada por pioneirismos e recordes, como o número, nunca antes visto, de mulheres concorrendo à presidência, Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PSB) e Luciana Genro (PSOL). É justamente uma dessas mulheres que desencadeia outro pioneirismo na corrida eleitoral, Luciana foi a primeira presidenciável a pautar a garantia de direitos para a comunidade LGBT, tanto em seu plano de governo, quanto no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e debates públicos.

Em seu HGPE, Luciana aparecia carregando a bandeira do movimento LGBT, além de terem sido transmitidas imagens de casais gays e lésbicos se beijando¹. Os memes que retratavam a candidata como “o terror” de um dos seus adversários, Levy Fidelix (PRTB), conservador, homofóbico e abertamente contra os direitos da comunidade, compõem o imaginário e contexto comunicativo da disputa eleitoral.

Figura 01: Programa 14 de Luciana Genro, transmitido no HGPE em 02/08/2014.



1 O beijo gay era fruto de muito debate no ano de 2014, devido ao beijo transmitido na novela Amor à Vida de Rede Globo no mesmo ano. Apresentar casais não heterossexuais se beijando no horário nobre da televisão é algo muito significativo para a campanha da candidata.

A pesquisa de Marques e D'Ávila (2010) realizada em 2007, aponta como o PSOL, à época recém fundado, era um dos poucos partidos que apresentava capilaridade para demandas dos grupos LGBTs, unindo-se ao PT, PSTU, PCdoB, PV e PPS. A pesquisa aponta, ainda, como na composição da Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT, o PSOL dispunha de três deputados. Apesar do número de deputados parecer reduzido, ele se torna significativo tendo em vista que esse dado representava a totalidade de deputados eleitos filiados ao partido, ou seja, todos os deputados do PSOL compunham a frente. Em comparação aos demais partidos, a correlação não é a mesma, sendo o PSOL o único que correspondia a 100% de cadeiras no congresso e na frente parlamentar.

Desse modo, a presente pesquisa teve como objetivo investigar quais políticas foram apresentadas pela candidata e seu partido no seu plano de governo, buscando compreender em quais áreas se alocavam as propostas, como educação, saúde, acesso ao mercado de trabalho e outras que se mostraram pertinentes ao longo da pesquisa. Trata-se de um esforço inicial em compreender a história do tema nos debates presidenciais, dessa forma o artigo possui um caráter mais descritivo.

Para a análise do plano de governo, optou-se pela metodologia de Análise de Conteúdo a fim de compreender sobre o que e quais temas versavam as propostas apresentadas. As categorias criadas foram feitas a partir da leitura do próprio plano. Foi possível encontrar 19 propostas que versavam sobre sete temas: educação, combate/criminalização da discriminação/violência, família/casamento civil igualitário, autodefinição da identidade de gênero, saúde, participação política e mista. Distribuídas nos tópicos sobre educação, mulheres, LGBTs e na contribuição da juventude.

É interessante notar que a ciência política nem sempre focalizou a representação e políticas de grupos, ou questões de justiça para grupos marginalizados, de tal maneira que há um esforço teórico por de algumas autoras da teoria política feminista e da teoria queer em defender tais temas. Esse debate, de forma breve, informa o trabalho. A sessão seguinte é dedicada à metodologia, seguida pela discussão teórica e os resultados encontrados, por fim são apresentadas breves considerações.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo. O primeiro passo foi a busca por termos chave: homofobia, transfobia, lgbt, gay-fobia, lesbofobia, bifobia, gay, travestis, bissexual(ais), lésbica(s), transexuais, transgêneros, travestilidade e transexualidade.

Quantificada a ocorrência destes termos, foram destacados no texto do projeto de governo. Grande parte das palavras estavam no capítulo destinado a tratar especificamente da comunidade LGBT.

Dessa maneira, o segundo passo foi o enquadramento das propostas onde estes termos apareciam em categorias de interesse conforme sua área temática: educação, combate/criminalização da discriminação/violência, família/casamento civil igualitário, autodefinição da identidade de gênero, saúde, participação política e mista. As categorias foram criadas a partir da leitura do próprio texto.

Classificadas as propostas foi possível analisá-las, a fim de apreender seu conteúdo. Foram feitas estatísticas descritivas simples para compreender o universo das propostas. A partir de então, as análises possuem caráter mais qualitativo. Além disso, o uso do *software Iramuteq* auxiliou o processo de análise e de apresentação dos dados.

Referencial teórico

A perspectiva liberal da teoria política lida com a diferença como, prioritariamente, relacionadas à ideias, opiniões e crenças. Phillips (2001), aponta como essa forma de compreender a representação política não se compromete o bastante com um sentimento de exclusão política de grupos minoritários. A autora cunha, então, a noção de *política da presença*, para apresentar um outro ponto de vista sobre a diferença, já que a *política de ideias* teria se mostrado inadequada para resolver os problemas de exclusão política. Nessa visão, os espaços de tomada de decisão devem espelhar sua composição social, considerando os corpos e as trajetórias dos indivíduos.

Complexificando esse debate, Young (2006), insere a noção de *perspectiva social*. Para a autora, a representação política é um processo entre eleitores e representantes, dessa forma, não deveria ser pensada como uma relação de identidade ou de substituição. Assim, é

mantida a pluralidade sem a unificação em torno de uma identidade em comum.

A noção de perspectiva social comunga com essa ideia. As pessoas produzem compreensões diferenciadas sobre os eventos sociais a partir de suas experiências particulares e as experiências são produzidas por estruturas sociais. Ou seja, pessoas situadas em diferentes posições, em uma sociedade desigual, produzem compreensões distintas sobre os fenômenos sociais.

Consequentemente cada grupo social tem percepções diferentes sobre os demais e compreensões diferentes sobre a história e a configuração atual das relações sociais. Logo, se apenas algumas dessas visões influencia a tomada de decisões e proposições de políticas, há uma maior propensão de que tais medidas sejam injustas para os grupos marginalizados.

Assim, a autora defende que a inserção de grupos diferentemente posicionados na sociedade à arena política, possibilita o estabelecimento de decisões mais justas. Young (2006), destaca ainda que, a noção de perspectiva social esta relacionada a uma sensibilidade da experiência, sem determinar seu conteúdo, entendo que indivíduos dentre de um grupo podem variar de interesses e opiniões.

No caso de Luciana Genro, uma mulher que não pertence à comunidade LGBT, chama a atenção outras contribuições da autora. Para Young (2006), ainda que não considere muito comum, uma pessoa que não compartilhe daqueles atributos descritivos, como retratado por Phillips (2001), pode representar uma determinada perspectiva, desde que, ela esteja situada em relações sociais que lhe proporcionem experiências e percepções similares ao grupo.

Parece ser o caso da candidata, seu plano de governo não foi feito de maneira solitária, seu partido é composto por de pessoas da comunidade LGBT e seu plano de governo mostra uma abertura para esse debate feita através de diálogos com o próprio grupo.

A proposição de políticas para a comunidade LGBT é de extrema importância. No campo teórico, vale a pena destacar, como argumenta (Saunders, 2017), que a maneira pela qual o homem passou a ser definindo, e consequentemente, o ser humano, está enraizada em um projeto epistemológico colonial, construído em torno da experiência e imagem do homem heterossexual branco, burguês, cristão. E que a homossexualidade, heterossexualidade e a própria sexualidade são produções culturais ocidentais relativamente recentes (Foucault,

1988). De maneira que Rubin (1984) é uma das autoras que destacam como o Estado Moderno ao tentar se apresentar como civilizado produz hierarquias entre as moralidades e seres sexuais.

Preciado (2011), em diálogo com Witting (2001), salienta como a heterossexualidade compõem um regime político, que faz parte da administração dos corpos e da gestão calculada da vida no âmbito da biopolítica, cunhando a noção de sexopolítica, para compreender as formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Tendo em vista que o sexo, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes, entram no cálculo do poder, de maneira que os discursos sobre o sexo e as tecnologias de normalização das identidade sexuais se tornem agentes de controle da vida.

Além disso, as injustiças sociais podem ser compreendidas de duas maneiras genéricas: injustiças econômicas e injustiças culturais ou simbólicas. Para cada uma delas haveria um conjunto de remédios específicos, para a primeira, uma reestruturação político-econômica, ou políticas de redistribuição, para a segunda, mudanças culturais e simbólicas, ou políticas de reconhecimento (Fraser, 2006).

Políticas para grupos marginalizados por traços identitários, como é o caso da comunidade LGBT, são usualmente entendidas enquanto políticas de reconhecimento. No entanto, a experiência LGBT pode ser compreendida como aquilo que Fraser (2006) denominou de “coletividades bivalentes”, ou seja, sua experiência esta localizada na região intermediária entre os dois tipos de demandas, combinando características das classes exploradas com características de identidades desvalorizadas.

Em outras palavras, a comunidade LGBT sofre formas de injustiça que remontam simultaneamente à economia e à cultura, de maneira que as diferentes formas de injustiça são co-originais, não decorrência de uma ou outra. As duas formas de injustiça, nesses casos, não são separadas uma da outra, mas entrelaçadas dialeticamente, já que os modelos culturais se institucionalizam no Estado e na economia e as desvantagens econômicas impede a participação igualitária na formação cultural, na esfera pública, na vida cotidiana.

Se as formas de injustiça são múltiplas e complementares os remédios também precisam ser. Assim, Fraser (2006) formula concepções alternativas, mais amplas, de redistribuição e reconhecimento: afirmação e transformação, ambas possuem dimensões econômicas e

culturais. Os remédios afirmativos tratam de corrigir os efeitos desiguais de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os engendra. Já os remédios transformativos buscam corrigir os efeitos desiguais precisamente por meio da remodelação da estrutura, desestabilizando categorias e abrindo espaço para futuros reagrupamentos.

É a própria autora que mobiliza exemplos ligadas à comunidade LGBT. Remédios afirmativos para a homofobia estão associados com a política de identidade gay e lésbica, que visa sua valorização. Em contraste, os remédios transformativos são associados à política *queer*, que se propõe a desconstruir a dicotomia homo-hétero, o objetivo não é consolidar uma identidade gay, mas justamente desconstruir essa dicotomia de maneira a desestabilizar todas as identidades sexuais fixas.

Assim, a reflexão sobre as políticas para a comunidade LGBT devem levar em consideração as múltiplas experiências que compõem a vivência de seus membros, um olhar interseccional não pode ser desconsiderado. Mais do que a valorização das pessoas não heterossexuais, se faz necessário políticas que as incorporem na sociedade de diversas maneiras, que permitam o acesso ao mercado de trabalho, ao sistema de saúde e a educação, além de desafiar o status quo binário da sociedade. O próximo tópico é dedicado a análise das políticas propostas no plano de governo de Luciana Genro.

Resultados e discussão

O programa de governo de Luciana Genro em 2014 era estruturado em três eixos: 1) Política econômica e modelo de desenvolvimento; 2) Sistema político e democracia e 3) Mais melhorias e mais direitos. Todas as propostas direcionadas à comunidade LGBT estão inseridas no terceiro eixo. Além dele, também são encontradas propostas no apêndice “Contribuições da Juventude”. Ao longo de todo o texto os LGBTs, homofobia e transfobia são mencionadas 36, 16 e 9 vezes respectivamente.

O projeto de governo contava, ainda, com um capítulo específico à comunidade LGBT. Nele, são definidas três prioridades: o combate de todas as formas de preconceito, garantia de igualdade jurídica e o compromisso com o diálogo com a comunidade civil e movimentos sociais para a formulação de políticas públicas.

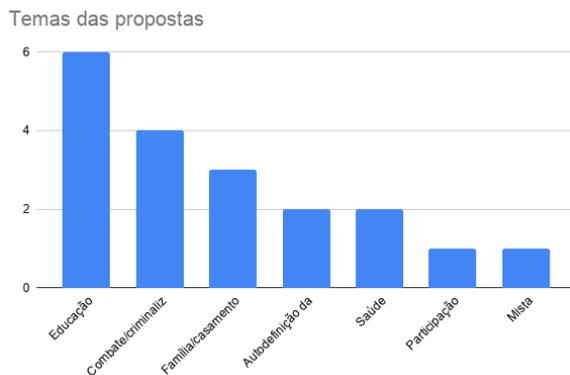
Figura 02: Nuvem de palavras do capítulo específico sobre LGBTs.



A nuvem de palavras obtida por meio do capítulo específico para a comunidade LGBT destaca os termos identidade, direitos, políticas, discriminação, homofobia, estado, travestis, saúde e preconceito, indicando os temas que orientavam as propostas, como veremos a seguir.

Ao todo, foram apresentadas 19 propostas, em um universo de 316. A distribuição das propostas conforme a área temática pode ser vista no gráfico abaixo. Das 19 propostas, 1 se encontra no capítulo sobre educação, 2 no capítulo sobre as mulheres, 10 no capítulo específico sobre a comunidade LGBT e 6 na contribuição da juventude.

Figura 03: Gráfico de distribuição das áreas temáticas de cada proposta.



A maioria das propostas eram destinadas à educação contra a opressão e discriminação, envolvendo a criação de materiais didáticos, formação continuada para profissionais do ensino, ações nas escolas de educação básica, incluindo essa temática como conteúdo do Plano Nacional de Educação de maneira transversal em todos os níveis de ensino.

O segundo tema onde as propostas mais se enquadram é o de combate/criminalização da discriminação/violência. Chama a atenção a defesa da criminalização da homofobia em conjunto a uma política integral de combate a todas as formas de preconceito que não se limite à legislação penal. Assim, o programa defende uma legislação acompanhada de políticas públicas em diversas áreas, além de campanhas massivas de conscientização que visem acabar com o preconceito. Também é proposto a criação de um observatório de crimes de ódio, o que permitiria a formulação de políticas públicas mais eficientes além do treinamento de servidores públicos para lidar com esses casos. O treinamento para servidores públicos também é proposto em escala mais ampla, para melhor atender a comunidade LGBT.

As propostas sobre família e casamento versam sobre a defesa do casamento civil igualitário para todos, bem como o acesso igualitário à adoção e à reprodução humana assistida. Também é proposto uma emenda à Constituição, a fim de incluir a proteção contra discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e proteger todas as formas de família. Além disso, é mencionado o apoio ao projeto de lei 5120/2013, do deputado Jean Wyllys (PSOL), que propõe alterar o Código Civil para que o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo seja legalizado.

Em relação a autoidentificação da identidade de gênero o PSOL defendia a criação de uma lei que garantisse às pessoas trans o direito ao nome próprio e à livre determinação sobre seus corpos, através da aprovação da lei “João Nery”, também de criação de Jean Wyllys, que garante o direito à mudança de nome e de sexo na documentação pessoal mediante um trâmite simples no cartório, sem a necessidade de laudo médico.

Sobre a categoria saúde, as propostas tratavam da despatologização da travestilidade e da transexualidade, investimentos em mais recursos na formação de profissionais da saúde para assegurar os tratamentos e procedimentos reivindicados por travestis e transexuais e disponibilização de materiais de prevenção e políticas específicas de conscientização em relação ao HIV/Aids e DSTs.

Já, as propostas sobre participação política, apontavam o compromisso com a realização de conferências de forma mais periódica e democrática e com mais estrutura, a fim de abraçar de fato as propostas apresentadas pela população LGBT.

Na categoria mista se encontra a propostas para mulheres não heterossexuais apresentada no tópico mulheres. Optou-se pela categoria mista, pois na mesma proposta eram abordadas políticas de educação, saúde, combate a descriminalização, no mesmo sentido das propostas já mencionadas.

É interessante notar que as propostas contidas no plano de governo da candidata, em 2014, vão de encontro aos dados obtidos na pesquisa de Marques e D'Ávila (2010). Os autores identificam que entre 1974 à 2007, as propostas legislativas relacionadas ao movimento LGBT, estão relacionadas à seis grandes temas: eventos, união civil de pessoas do mesmo sexo, criminalização da homofobia, respeito à orientação sexual, autorização de mudança de nome para transexuais e saúde e previdência. Isso pode indicar um padrão nas demandas e agenciamento da comunidade, a insistência no tempo destas também indicam a dificuldade em aprová-las e debatê-las em nossa sociedade.

Além disso, chama a atenção a ausência de políticas relacionadas a aspectos econômicos, no plano de governo, ou políticas redistributivas. O que não significa dizer que as medidas propostas não representem ações transformativas, o foco na educação como caminho para superar a homofobia é um exemplo de medida que altera a estrutura de sentido da sociedade e abre possibilidades para novas vivências. Até mesmo na criminalização da homofobia o plano de governo apresenta um olhar sensível, ao focar em medidas que não sejam ligadas a apenas aspectos penais.

No entanto, é sabido como uma parcela da comunidade LGBT sofre com falta de recursos materiais, como o acesso ao mercado de trabalho é dificultado bem como a permanência no sistema de ensino. Neste caso, políticas consideradas afirmativas são importantes e não constam no plano de governo.

Considerações finais

O plano de governo de Luciana Genro se mostra um documento interessante por levar em conta as diversas experiências que compõe a comunidade LGBT, não se restringindo à apenas uma letra da sigla.

Um exemplo disso é a atenção às mulheres, cis ou trans. Consideramos que o fato de haver uma proposta, mesmo que aglutinadora e mista, no capítulo dedicado a tratar de políticas para mulheres que debata a situação de políticas não heterossexuais e não cisgênero um ganho positivo.

As propostas estão concentradas no campo da educação, vendo-a como um alicerce para uma sociedade mais justa para todos, culminando em uma visão sobre criminalização que não se reduz a prisões, sendo portanto, políticas transformadoras. No entanto, há falta de propostas redistributivas, como auxílios financeiros, bolsas de estudo.

Consideramos, ainda, a necessidade de um estudo longitudinal, comparando os planos de governo do partido ao longo do tempo, bem como a comparação entre outros partidos, para compreender como a política brasileira institucionalizada lida com as políticas para a comunidade LGBT.

Referências

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo** (São Paulo 1991), v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença?. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001

SAUNDERS, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 102-116, 2017.

SILVA, Vera Lucia Marques da; D’ÁVILA, Paulo. O Movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.3, p.1-34, 2010

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139-190, 2006.